

A Verdade como Efeito do Discurso em Akutagawa

Truth as an Effect of Discourse in Akutagawa

 <https://doi.org/10.67204/riel.v4i10.3082>

Recebido em 27/05/2026 • Aceito em 15/07/2026 • Publicado em 13/10/2026

*José Galúcio Campos, D.Sc.¹, Daniel Richardson de Carvalho Sena, M.Sc.²,
Sarah Vieira Gomes Dias, H.S.Dip.³, Yana Evelin Saraiva da Silva, H.S.Dip.⁴*

Resumo: A noção do que é a verdade no interior de narrativas literárias frequentemente denota uma reconstrução objetiva dos fatos sob a ótica dos personagens, como é o caso do conto *Dentro do Bosque*, de Ryûnosuke Akutagawa. O presente escrito, por conseguinte, tem por objetivo examinar o respectivo conto à luz da hermenêutica de inspiração foucaultiana, evidenciando como a obra encena a verdade como produto de disputas discursivas e posições de poder. A construção do artigo se deu mediante pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico. A hermenêutica adotada é de inspiração genealógico-discursiva. Por meio do exame do conto *Dentro do Bosque*, demonstra-se que a hermenêutica genealógico-discursiva não é apenas aplicável à literatura, mas encontra nela um campo privilegiado de verificação e de problematização.

Palavras-chave: Literatura, Análise de Discurso, Interpretação.

Abstract: The notion of truth within literary narratives often denotes an objective reconstruction of facts from the perspective of characters, as is the case in Ryûnosuke Akutagawa's short story *In a Grove*. The present work, therefore, aims to examine this short story in light of a Foucault-inspired hermeneutics, demonstrating how the work stages truth as a product of discursive disputes and power positions. The article's construction was carried out through qualitative bibliographic research. The hermeneutics adopted is of a genealogical-discursive inspiration. Through an examination of the short story *In a Grove*, it is demonstrated that genealogical-discursive hermeneutics is not only applicable to literature but finds in it a privileged field of verification and problematisation.

Keywords: Literature, Discourse Analysis, Interpretation.

¹ Docente, Instituto Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil
Doutorado em Ciências e Matemática, Universidade Federal do Mato Grosso
 jose.campos@ifam.edu.br  <https://orcid.org/0000-0001-7790-0785>

² Docente, Instituto Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil
Mestrado em Meio Ambiente, Universidade Federal do Amazonas
 dracsena@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-6085-7650>

³ Discente, Instituto Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil
Ensino Médio em Química, Instituto Federal do Amazonas
 saradanil780@gmail.com  <https://orcid.org/0009-0006-1657-4836>

⁴ Discente, Instituto Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil
Ensino Médio em Química, Instituto Federal do Amazonas
 yanaevelinsaraivadesouza@gmail.com  <https://orcid.org/0009-0000-8301-2434>

Introdução

Ao longo da história da literatura, a presença de múltiplas vozes narrativas tem desempenhado papel decisivo na problematização da verdade. Desde os diálogos da Antiguidade até os romances modernos polifônicos, a coexistência de discursos distintos em redor do mesmo acontecimento tem servido não apenas como recurso estético, mas como estratégia epistemológica capaz de tensionar a autoridade do relato, a confiabilidade do narrador e a possibilidade mesma de um sentido unívoco. Quando diferentes vozes e personagens disputam o direito de dizer o que aconteceu, a narrativa perde a linearidade, deixa de funcionar como espelho do real e passa a expor os limites da verdade enquanto reconstrução objetiva dos fatos.

Tradicionalmente, a crítica literária e a hermenêutica buscaram neutralizar essa multiplicidade. As hermenêuticas de orientação clássica e modernas, de matriz historicista e positivista (Wright, 2022), chamadas hermenêuticas de autor, tenderam a conceber a obra como expressão da intenção autoral ou como portadora de um sentido último a ser desvelado pelo intérprete. Nesse horizonte, as divergências internas do texto eram frequentemente tratadas como ruídos interpretativos, cuja função seria superada por meio da reconstrução do contexto, da psicologia do autor ou da coerência interna da obra. A verdade do texto, nesse registro, aparecia como algo a ser descoberto, oculto sob as camadas da linguagem, acessível mediante um método adequado de interpretação que seria uma espécie de compreensão adivinhante (Schleiermacher, 2014).

Esse modelo hermenêutico repousa, em última instância, sobre uma concepção clássica de verdade, entendida como correspondência entre o discurso e os fatos ou como adequação do pensamento à realidade cujas bases remontam a Platão, Aristóteles e Tomás de Aquino, por exemplo (Reale, 1990; Copleston, 2021). Mesmo quando reconhece ambiguidades narrativas, tal perspectiva mantém a expectativa de que uma leitura correta possa, ao menos em princípio, estabilizar o sentido do texto e hierarquizar as versões apresentadas. A multiplicidade de vozes, nesse caso, é tolerada apenas enquanto etapa provisória no caminho rumo à unidade interpretativa.

Todavia, a partir da segunda metade do século XX, esse horizonte interpretativo passa a ser profundamente questionado. Gadamer, importante crítico da hermenêutica de autor, não se satisfaz com a afirmação de que o objetivo último da interpretação seja tão

somente se aproximar da mente do autor. Em seu entendimento, o texto após a sua concepção se desligaria de todas as suas contingências históricas e a interpretação seria feita pelo leitor à luz de seu próprio horizonte de conhecimento; portanto, todo texto assumiria qualidade supratemporal (Wright, 2022).

Em diálogo crítico com o estruturalismo e ainda mantendo posicionamento crítico em relação à hermenêutica positivista, Michel Foucault propõe um deslocamento decisivo na maneira de pensar a verdade, a linguagem e o discurso (Foucault, 2024).

Em lugar de compreender a verdade como algo exterior ao discurso, a ser revelado por ele, Foucault a concebe como um efeito historicamente produzido no interior de práticas discursivas específicas, atravessadas por relações de poder (Foucault, 2025). A pergunta fundamental deixa de ser *o que é verdadeiro?* e passa a ser: *como, por quem e sob quais condições algo é aceito como verdadeiro?* Em síntese, a verdade não se revela pelo exame do discurso, antes, o discurso a produz (Foucault, 2024, 2025).

Nesse quadro, a obra literária deixa de ser tratada como objeto a ser decifrado e passa a ser compreendida como acontecimento discursivo referente a um conjunto de enunciados funcionando segundo regras próprias de enunciação, legitimação e exclusão. A crítica literária, por conseguinte, passa a examinar o modo como a obra (o texto) produz efeitos de verdade, como organiza posições de sujeito e coloca em funcionamento determinados regimes discursivos. É nesse horizonte teórico que a presença de múltiplas vozes adquire novo estatuto, deixando de ser compreendida como obstáculo à verdade e passando a condição de possibilidade para sua problematização.

Quando diferentes discursos coexistem sem que nenhum deles se imponha como soberano, o texto expõe não a ausência de verdade, mas a pluralidade de critérios por meio dos quais ela se constrói, se legitima e se disputa. A verdade, nesse contexto, não aparece como síntese conciliadora, mas como problema permanente. Nessa perspectiva, os discursos deixam de ser ingênuos, neutros; a verdade perde a universalidade e a transcendência ficando nas mãos de quem detém o poder e controla os discursos (Foucault, 2015, 2024, 2025).

O conto *Dentro do Bosque*, de Ryûnosuke Akutagawa, ao reunir depoimentos contraditórios sobre um mesmo acontecimento e ao abdicar deliberadamente de um narrador privilegiado, recusa qualquer instância capaz de estabilizar o sentido dos fatos. O

que se oferece ao leitor não é a solução do enigma, mas a exposição das condições discursivas que tornam cada versão plausível, aceitável ou crível.

Dessa forma, *Dentro do Bosque* não convida à reconstrução do que realmente aconteceu, mas à observação do funcionamento das narrativas que pretendem dizê-lo. A obra transforma a verdade em objeto de problematização, deslocando-a do plano da correspondência factual para o campo das disputas discursivas. Tal configuração aproxima-se de modo significativo da concepção foucaultiana de verdade como efeito do discurso, tornando o conto um corpus privilegiado para examinar, em chave literária, a articulação entre verdade, linguagem e poder.

É a partir desse enquadramento teórico e metodológico que o presente artigo tem por objetivo examinar o conto *Dentro do Bosque* à luz da hermenêutica de inspiração foucaultiana, evidenciando como a obra encena a verdade como produto de disputas discursivas e posições de poder. No entanto, convém que, antes de avançar, respondamos às seguintes questões:

a) Como os critérios de legitimação da verdade são mobilizados pelos diferentes depoimentos presentes em *Dentro do Bosque* e vêm a operar como regimes de verdade concorrentes?

b) De que modo a ausência de um narrador soberano e a organização polifônica da narrativa impedem a estabilização do sentido e deslocam a verdade do plano factual para o discursivo?

c) Como a leitura foucaultiana do conto permite compreender a verdade não como correspondência aos fatos, mas como efeito de práticas discursivas atravessadas por relações de poder?

Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, seguindo as orientações metodológicas de Eco (2016). A hermenêutica adotada é de inspiração genealógico-discursiva, alinhada ao pensamento foucaultiano, não com o intuito de reconstruir a verdade factual do acontecimento narrado, mas de compreender como a verdade se constitui, no interior da obra, como efeito de discurso.

Foucault e o Encontro entre a Crítica Literária e os Regimes de Verdade

Nesta seção, não buscamos reconstituir de forma exaustiva a trajetória teórica de Michel Foucault, nem organizar suas obras em sequência cronológica. O interesse é outro: partimos de um recorte teórico guiado pelo problema de investigação, com privilégio dos textos em que Foucault trata diretamente de linguagem, discurso, verdade e autoria. Por essa razão, não são mobilizadas obras voltadas à análise de instituições disciplinares ou de tecnologias específicas de poder.

Em *Loucura, Linguagem e Literatura*, Foucault (2024) pontua as diferenças entre a análise literária tradicional, predominante até o início do século XX, e as formas contemporâneas. Importa notar que toda análise literária contemporânea tem caráter crítico, portanto, não neutro, Foucault explicita as razões dessa transformação.

A crítica tradicional se mostrava como mediadora necessária entre a obra e o leitor, exercendo função tríplice: selecionar, julgar e explicar (Foucault, 2024, p. 165). Sua postura normativa discriminava quais obras deveriam ser lidas ou não; em seguida, julgava sua qualidade com base em critérios como estilo, forma e escrita, inserindo-as numa hierarquia valorativa; por fim, explicava a intenção do autor, esclarecendo o porquê de tê-la escrito. Tal postura transmitia a ideia de que, sem a intervenção do crítico, o leitor seria incapaz de compreender adequadamente o texto literário (Foucault, 2024). Tratava-se, assim, de uma crítica que se arrogava o papel de revelar o sentido correto da obra.

Em contraste, a crítica contemporânea, tal como concebida por Foucault, desloca o foco da intenção autoral e da busca por um sentido último. Embora tal concepção dialogue criticamente com o estruturalismo, Foucault não reduz a obra à sua organização interna (estrutura); antes, propõe compreendê-la como documento. Documento, segundo Foucault (2024, p. 166), designa aquilo que é produzido em condições históricas específicas, é atravessado por regras de enunciação e é capaz de produzir efeitos de verdade. Assim, a obra não é um espelho da realidade, outrossim, é acontecimento discursivo.

Em *Microfísica do Poder*, Foucault (2025) formula o conceito de regime de verdade, especialmente caro à sua crítica literária e à constituição da obra literária como documento. Aqui, Foucault afasta-se deliberadamente da concepção clássica de verdade entendida como simples correspondência entre o pensamento e a realidade. A verdade não se apresenta

como algo dado, neutro ou universal, mas como algo produzido historicamente no interior de práticas sociais específicas.

É nesse contexto que Foucault (2025) introduz a noção de regimes de verdade, isto é, conjuntos de procedimentos, discursos, instituições e critérios que determinam aquilo que, em uma determinada sociedade, pode ser aceito como verdadeiro. Cada regime define quem está autorizado a dizer a verdade, quais discursos são legitimados, quais métodos de validação são aceitos e quais enunciados devem ser excluídos ou silenciados.

A verdade, portanto, reitera Foucault (2025, p. 51), não se opõe ao poder, tampouco se situa fora dele; ao contrário, ela circula, funciona e produz efeitos concretos no interior das relações de poder. O problema filosófico desloca-se, assim, da pergunta: *o que é a verdade?* para a questão de como se produzem, historicamente, regimes de verdade no interior de discursos que não são em si verdadeiros nem falsos (Foucault, 2025, p. 44).

À luz dessas considerações, torna-se possível compreender que a crítica literária contemporânea, tal como pensada por Foucault, não se limita ao exercício interpretativo tradicional, mas se inscreve no campo das disputas em torno da verdade. Ao abandonar a pretensão de revelar a intenção do autor, essa crítica desloca seu interesse para o modo como os discursos literários funcionam, circulam e produzem efeitos de verdade. A obra passa, assim, a ser tratada como acontecimento discursivo situado, atravessado por relações históricas, sociais e simbólicas, participando ativamente da problematização da verdade como relação de poder. Nesse sentido, Foucault afirma que a crítica não apenas interpreta a literatura, mas participa de sua própria constituição enquanto campo discursivo (Foucault, 2024, p. 145).

Diante do exposto, uma questão emerge naturalmente: onde se situa o autor da obra, aquele que tradicionalmente era concebido como seu criador? Grande parte da crítica literária tradicional, como já mencionado, buscava aproximar-se da mente do autor, entendendo-a como chave hermenêutica privilegiada (Schleiermacher, 2014; Wright, 2022). No ensaio *O que é um autor?* Foucault (2015) segue em direção diametralmente oposta, propondo compreender o autor de um texto como uma função discursiva.

Não se trata, portanto, de um sujeito criador a ser desvelado, mas de um princípio que organiza, regula e controla a circulação dos discursos. A função-autor não produz o sentido da obra; antes, estabelece as condições sob as quais determinados enunciados podem ser proferidos, reconhecidos e legitimados. Nessa perspectiva, a obra literária,

entendida como documento, deixa de remeter a uma interioridade subjetiva a ser interpretada e passa a ser concebida como um conjunto de enunciados articulados segundo regras históricas específicas.

O Conto *Dentro do Bosque* e a Verdade em Múltiplos Discursos

Nesta seção, faremos brevíssimos comentários acerca das características do conto *Dentro do Bosque*. Evitaremos comentar a obra *Rashômon*, na qual o conto está inserido, para que a seção não se torne excessivamente extensa. Buscaremos aproximar a obra da perspectiva foucaultiana de verdade como discurso e registrar que os múltiplos discursos, na literatura, já vêm sendo usados para este fim.

O conto foi publicado pela primeira vez em 1921 (Akutagawa, 2025, p. 7-19). Ali encontramos a narrativa do assassinato de um samurai, fato inquestionável no interior da obra. A genialidade de Akutagawa consiste em problematizar quem matou o samurai; mais do que isso, o autor japonês problematiza o modo como o samurai foi morto. Os vários testemunhos prestados ao Alto Comissário de Polícia constituem o motor da narrativa: o lenhador, o monge budista, um policial, uma velha que é a mãe da esposa do samurai morto, o assassino Tajômaru, a própria esposa e o samurai, cujo testemunho foi transmitido por meio de uma médium.

O conto tem estrutura singular: a trama é narrativamente simples, mas a complexidade, tanto no nível estrutural quanto filosófico, reside na forma como o acontecimento é organizado discursivamente pelo autor. Não há um narrador onisciente que organize os depoimentos e auxilie o leitor a desvendar o assassinato; não há hierarquização entre os testemunhos, tampouco possibilidade de conciliá-los. Há múltiplas vozes, múltiplos discursos.

A presença de múltiplos discursos na literatura não constitui um mero recurso estilístico (Bakhtin, 2010), tampouco um artifício narrativo destinado apenas a aumentar a complexidade da trama (Bakhtin, 1997). Ao longo da tradição literária, a multiplicidade de vozes tem operado como estratégia privilegiada para problematizar a verdade, a autoridade do relato e a possibilidade mesma de um sentido unívoco.

Quando a narrativa se organiza a partir de discursos concorrentes, nenhum deles dotado de soberania interpretativa, o texto desloca o leitor da busca por uma verdade dos

fatos para a observação do funcionamento das narrativas que pretendem dizê-la. A literatura, nesse registro, deixa de oferecer respostas e passa a expor conflitos (Bakhtin, 2010), não apenas entre personagens, mas entre formas de dizer, justificar e legitimar os fatos. Nesse horizonte, a verdade emerge não como dado estável, mas como efeito da linguagem e do discurso.

Essa dimensão foucaultiana, a inseparabilidade entre verdade e discurso, é vivamente encenada por *Dentro do Bosque*. O discurso não fala da verdade, antes ele a produz (Foucault, 2024, 2025). Cada depoimento funciona como um enunciado situado, proferido a partir de uma posição específica, atravessada por valores morais, afetivos e simbólicos que lhes são próprios. Não se trata, contudo, de reduzir esses relatos a expressões psicológicas de personagens individuais, mas de reconhecê-los como posições discursivas que operam segundo determinadas regras de enunciação. As falas apresentam-se como registros quase arquivados, cuja função não é revelar uma verdade oculta, mas expor a multiplicidade de discursos que se formam em torno de um mesmo acontecimento tornado assim o conto um espaço privilegiado de observação das disputas discursivas que produzem efeitos de verdade.

Tal configuração narrativa distingue *Dentro do Bosque* de outras narrativas policiais ou judiciais, na medida em que o texto não oferece ao leitor qualquer instância capaz de estabilizar o sentido dos acontecimentos como vemos, por exemplo, em Agatha Christie (2020) ou em Lon Fuller (2020). Tal recusa da síntese narrativa transforma o conto em objeto privilegiado para examinar a verdade não como correspondência aos fatos, mas como efeito instável de discursos concorrentes, o que justifica sua escolha como *corpus* deste artigo.

Metodologia

Este estudo adota abordagem qualitativa de caráter bibliográfico (Eco, 2016), de natureza teórico-interpretativa, fundamentada na hermenêutica genealógico-discursiva, ou análise genealógica do discurso, de inspiração foucaultiana (Foucault, 2025, cap. 1). Tal perspectiva não busca a reconstrução factual dos acontecimentos narrados, tampouco a identificação de um sentido último ou verdadeiro do texto literário. Ao contrário, parte do

pressuposto de que a verdade é historicamente produzida, discursivamente mediada e indissociável das relações de poder que a sustentam.

Nessa chave, diversamente do esperado pelas hermenêuticas tradicionais (Schleiermacher, 2014; Wright, 2022), a obra literária é tratada não como expressão de uma subjetividade autoral ou como reflexo direto de uma realidade externa, mas como um conjunto de acontecimentos discursivos que tornam visíveis determinados regimes de verdade e modos de subjetivação. Cabe igualmente precisar que este artigo não realiza uma arqueologia foucaultiana do texto literário em sentido estrito; opera, antes, uma análise que mobiliza os conceitos foucaultianos em chave literária, tomando a literatura como campo privilegiado de verificação e problematização dos regimes de verdade.

O corpus da pesquisa não foi constituído por fontes primárias no sentido filológico do termo, pois, como orienta Eco (2016), não examinamos material algum na língua original. O corpus foi dividido em fontes principais e literatura crítica.

As fontes principais consistiram no conto *Yabu no Naka (Dentro do Bosque)*, de Ryûnosuke Akutagawa, publicado em 1922. A versão aqui utilizada data de 2022, e foi publicada pela editora Hedra com tradução de Madalena Hatsuko, Hashimoto Cordaro e Junko Ota; bem como nas seguintes obras de Foucault: *Microfísica do Poder*, pela editora Paz & Terra, 2025, tradução de Roberto Machado; *Loucura, Linguagem, Literatura*, pela editora Ubu, 2024, tradução de Nélcio Schneider; e *Ditos e Escritos, volume III*, pela Forense Universitária, 2015, tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Todas as demais obras citadas são fontes secundárias.

A unidade de análise não foi o conto em sua totalidade, mas cada discurso testemunhal específico sobre o assassinato, tratado como unidade discursiva autônoma. Assim, os depoimentos do lenhador, do monge, de Tajômaru, da esposa, do samurai (via mediúnica) e da velha (mãe da esposa do samurai) foram analisados separadamente, como micro regimes de verdade, dotados de critérios próprios de legitimação e efeitos específicos de poder e subjetivação.

A análise do corpus foi conduzida a partir de um protocolo interpretativo sistemático, elaborado com base na hermenêutica genealógico-discursiva de inspiração foucaultiana. Tal protocolo não foi concebido como conjunto rígido de etapas mecânicas, mas como itinerário analítico flexível, capaz de orientar a leitura sem antecipar seus resultados. O procedimento seguiu cinco etapas analíticas complementares.

A primeira etapa consistiu na identificação da posição da testemunha: buscou-se examinar quem fala em cada discurso, a partir de que lugar simbólico e com que tipo de autoridade o enunciador se apresenta. Não se trata, aqui, de uma análise psicológica dos personagens, mas da identificação das condições discursivas que autorizam determinado sujeito a falar e a ser ouvido. Essa etapa permitiu delimitar as assimetrias entre os discursos e compreender como certas vozes se apresentam como mais legítimas ou confiáveis do que outras. Cabe esclarecer que o termo "posição discursiva", tal como empregado neste artigo, refere-se ao lugar simbólico de enunciação, a posição social, moral ou institucional a partir da qual o enunciador fala e é autorizado a ser ouvido, distinto da noção foucaultiana de posição discursiva, vinculada à formação do arquivo discursivo e às regras de emergência dos enunciados na Arqueologia do Saber.

A segunda, no mapeamento dos regimes de verdade: buscou-se identificar os critérios por meio dos quais cada discurso se legitima como verdadeiro. Foram considerados, entre outros aspectos, o apelo à coerência narrativa, à confissão, ao sofrimento, à honra, à neutralidade aparente ou à tradição moral. A análise não buscou avaliar a veracidade desses critérios, mas compreender por que e como eles operam como fundamentos de credibilidade no interior da narrativa.

A terceira, na análise dos procedimentos enunciativos: investigaram-se recursos como silêncios significativos, contradições internas, repetições, deslocamentos de culpa e procedimentos de autolegitimação. Objetivou-se evidenciar os mecanismos pelos quais cada discurso procura apoiar sua própria versão dos acontecimentos, neutralizando objeções implícitas e reforçando sua aceitabilidade como verdade. Adota-se aqui o termo "procedimentos enunciativos" em lugar de "estratégias discursivas", a fim de evitar sobreposição com o sentido estrutural e coletivo que este último conceito assume na Arqueologia do Saber de Foucault.

A quarta, na análise dos efeitos de subjetivação: buscou-se compreender que tipo de sujeito emerge como aceitável ou legítimo a partir da narrativa construída, bem como quais identidades são preservadas, atenuadas ou moralmente justificadas. Essa etapa permitiu observar que os discursos não apenas relatam acontecimentos, mas produzem modos específicos de se apresentar como sujeito diante da culpa, da responsabilidade e do julgamento social. Ressalva-se que o emprego do conceito de "efeitos de subjetivação" neste artigo opera por analogia didática: em lugar de uma aplicação rigorosa da noção

foucaultiana, segundo a qual a subjetivação é efeito dos discursos que constituem o sujeito externamente, dramatizam-se, por meio dos personagens, as imagens de sujeito que cada posição discursiva constrói no interior da narrativa.

A quinta, na análise da relação entre verdade e poder: buscou-se evidenciar como a verdade, no interior do conto, funciona como operador de poder simbólico, regulando posições, legitimando discursos e organizando relações entre os sujeitos. A verdade foi compreendida não como instância neutra ou transcendente, mas como efeito de práticas discursivas situadas.

Essas etapas não foram aplicadas de modo estanque ou linear. A análise pressupôs um movimento constante de retorno ao texto, no qual hipóteses interpretativas eram revistas à luz das regularidades discursivas identificadas, o que preservou o caráter crítico e aberto da investigação, evitando leituras conclusivas ou redutoras.

A partir do protocolo interpretativo estabelecido, realizou-se uma discussão comparativa voltada a identificar convergências e divergências entre os regimes de verdade mobilizados. Essa etapa não visava hierarquizar os discursos nem determinar qual versão seria mais verdadeira, mas evidenciar como diferentes critérios de legitimação da verdade coexistem, entram em tensão e produzem distintos efeitos de sentido e poder. Dessa forma, a análise desloca o foco da pergunta *o que realmente aconteceu?* para *como a verdade é construída, legitimada e disputada discursivamente?*

Por fim, ressaltamos que tal metodologia nunca se prestou à avaliação moral dos personagens nem à reconstrução histórico-factual do evento narrado. Seu alcance residiu na análise das condições discursivas de possibilidade da verdade, tomando a literatura como espaço privilegiado de problematização epistemológica e ética.

Resultados e Discussão

Com o objetivo de facilitar a interpretação e guiados por espírito didático, organizaremos esta seção em dois tópicos: a análise dos discursos individuais, com aplicação sistemática do protocolo interpretativo; e, por fim, a síntese comparativa entre os regimes de verdade.

Resultados por Discursos Individuais

Nesta parte aplica-se sistematicamente o protocolo interpretativo que avalia os discursos individuais em cinco dimensões (as etapas apresentadas na metodologia), aqui reescritas como perguntas para facilitar o trabalho hermenêutico: 1-Qual a posição discursiva ocupada por este personagem? 2-Qual o critério de legitimação da verdade? 3-Quais os procedimentos enunciativos? 4-Quais os efeitos de subjetivação? 5-Qual a relação entre verdade e poder?

Iniciaremos pelo depoimento mais extenso e analiticamente rico do conto.

a) Tajômaru, o ladrão e assassino

Qual a posição discursiva de Tajômaru? Tajômaru fala a partir do lugar daquele que se apresenta como agente pleno da ação. Sua fala não se ancora em mediações institucionais, morais ou espirituais, mas na performance de coragem, virilidade e autonomia. Ao narrar o confronto com o samurai, o enunciador organiza o acontecimento como duelo, deslocando o assassinato do campo do crime ordinário para o terreno simbólico da luta entre iguais. Esse deslocamento não elimina a violência, mas a reinscreve em uma gramática moral específica, na qual matar deixa de ser sinal de covardia e passa a funcionar como afirmação de força.

Qual o critério de legitimação da verdade? O discurso de Tajômaru mobiliza sobretudo a coerência narrativa e a confissão. Sua versão é apresentada de modo contínuo, sem lacunas aparentes, produzindo um efeito de autenticidade. A confissão funciona como operador central de credibilidade: ao admitir o crime, o enunciador constrói para si a imagem daquele que não teme a verdade, ainda que ela lhe seja desfavorável. Não se trata, contudo, de uma confissão penitencial, mas de uma confissão afirmativa, que transforma o reconhecimento da culpa em elemento de distinção simbólica.

Quais os procedimentos enunciativos? Tajômaru desloca sistematicamente a responsabilidade moral do assassinato para o campo da honra, do desejo e da inevitabilidade do confronto. A violência é narrada como resposta a uma situação extrema, quase necessária, e o crime surge como desfecho lógico de uma sequência de acontecimentos apresentada como coerente. Nesse movimento, o discurso neutraliza

objeções implícitas ao transformar o assassinato em consequência de um código de conduta previamente estabelecido, e não em ato arbitrário ou gratuito.

Quais os efeitos de subjetivação? O depoimento produz a figura de um sujeito que se apresenta como responsável por seus atos e coerente com os valores que reivindica — sujeito que não busca absolvição moral, sequer se coloca na posição de vítima. Tajômaru constrói-se discursivamente como protagonista da narrativa, afirmando sua identidade por meio da assunção da violência. A verdade, nesse caso, não opera como instrumento de redenção, mas como mecanismo de afirmação simbólica.

Qual a relação entre verdade e poder? A verdade produzida por Tajômaru funciona como operador de poder simbólico, permitindo-lhe ocupar uma posição de centralidade narrativa frente aos demais depoimentos. Sua versão não se impõe por corresponder mais fielmente aos acontecimentos, mas por mobilizar critérios discursivos socialmente reconhecíveis — coragem, franqueza, honra. O depoimento evidencia, assim, que a verdade não emerge como correspondência aos fatos, mas como efeito de práticas discursivas que organizam posições, legitimam vozes e produzem sujeitos.

b) O lenhador

Qual é a posição discursiva do lenhador? O lenhador fala a partir do lugar do testemunho ocular indireto. Ele não afirma ter presenciado o crime em si, mas relata aquilo que encontrou após o ocorrido. Essa posição é cuidadosamente construída: o enunciador se apresenta como alguém sem interesse pessoal, sem laços afetivos com os envolvidos e sem qualquer autoridade institucional formal. Trata-se de um sujeito ordinário, cuja legitimidade decorre precisamente de sua suposta insignificância social. Ao falar pouco de si e muito do que viu, constrói a imagem daquele que apenas relata fatos, sem interpretá-los ou julgá-los.

Qual o critério de legitimação da verdade? O discurso do lenhador apoia-se na neutralidade aparente e no testemunho empírico. A veracidade de sua fala não é sustentada por confissão, sofrimento ou honra, mas pela simplicidade do relato e pela economia narrativa. A ausência de emoção explícita, a linguagem contida e a recusa de explicações elaboradas produzem um efeito de objetividade. Nesse caso, a verdade se legitima não pelo excesso de sentido, mas pela sua escassez cuidadosamente administrada.

Quais os procedimentos enunciativos? O lenhador recorre a silêncios significativos e a uma seletividade rigorosa do que é dito, limitando-se a descrever elementos materiais encontrados no local do crime, sem conjecturas, interpretações ou juízos morais. Essa estratégia produz um efeito de credibilidade ao sugerir que o enunciador não ultrapassa os limites do que pode afirmar com segurança. Ao mesmo tempo, a contenção discursiva funciona como mecanismo de autoproteção simbólica, afastando qualquer suspeita de envolvimento ou responsabilidade.

Quais os efeitos de subjetivação? O discurso do lenhador produz a figura de um sujeito que se constrói pela invisibilidade. Diferentemente de Tajômaru, que se afirma por meio da exposição de si, o lenhador se constitui como sujeito confiável precisamente por não se afirmar. Sua identidade emerge como a daquele que não tem nada a ganhar com a verdade, o que reforça sua posição como testemunha digna de crédito. A subjetividade aqui produzida é a do sujeito comum, discreto e aparentemente desinteressado, cuja palavra adquire valor por não parecer estratégica.

Qual a relação entre verdade e poder? A verdade produzida pelo discurso do lenhador opera como forma de poder silencioso. Ao apresentar-se como relato neutro, sua versão tende a adquirir estatuto privilegiado, funcionando como pano de fundo implícito frente aos depoimentos mais passionais ou performáticos. Esse poder não se exerce por imposição explícita, mas pela naturalização da própria fala como simples descrição do real, o que evidencia que a verdade se impõe também pela eficácia discursiva da neutralidade aparente.

c) O monge

Qual é a posição discursiva do monge? O monge fala a partir do lugar de quem viu os envolvidos antes do crime, mas não presenciou o assassinato em si. Sua autoridade não decorre do fato observado, mas da condição simbólica que ocupa: a de um sujeito associado à vida religiosa, à renúncia e à contemplação. Essa posição confere à sua fala um estatuto diferenciado, pois o monge se apresenta como alguém presumivelmente desinteressado, afastado das paixões mundanas e, portanto, menos suscetível à mentira. O valor de seu discurso não reside no conteúdo factual, mas na credibilidade moral do enunciador.

Qual o critério de legitimação da verdade? O depoimento do monge apoia-se fundamentalmente na autoridade ética e na sobriedade do relato. Sua fala é marcada por um tom comedido, quase impessoal, que evita tanto a dramatização quanto a exposição emocional. Nesse caso, a verdade se legitima pela suposição de que aquele que renunciou ao mundo não teria razões para falsear os acontecimentos. O critério de credibilidade, portanto, não é a confissão nem a neutralidade empírica, mas a retidão moral associada à figura do religioso.

Quais os procedimentos enunciativos? Observamos que o monge constrói sua narrativa por assertivas breves e descritivas, abstendo-se de interpretações ou juízos explícitos. Seu discurso evita contradições internas justamente porque não se aventura além do que afirma ter visto. Essa contenção não é casual, mas funciona como estratégia de legitimação: ao limitar o alcance de sua fala, o monge reforça a imagem de alguém que respeita os limites da verdade. O silêncio, aqui, não é lacuna, mas índice de prudência discursiva.

Quais os efeitos de subjetivação? O depoimento produz a figura de um sujeito cuja identidade se define pela credibilidade moral. O monge emerge como aquele que observa sem se envolver, que fala sem se comprometer pessoalmente e que se mantém à margem das disputas passionais que atravessam os demais depoimentos. Essa subjetivação constrói um tipo de sujeito que se apresenta como digno de confiança não por aquilo que diz, mas por aquilo que é suposto ser. A verdade, nesse caso, ancora-se na figura do sujeito ético, não na materialidade dos fatos.

Qual a relação entre verdade e poder? O discurso do monge evidencia uma forma específica de poder simbólico: aquele que se exerce por meio da autoridade moral. Sua verdade tende a operar como instância de moderação entre os demais discursos, funcionando como referência de sobriedade e equilíbrio. No entanto, esse poder não se impõe pela coerção nem pela confissão, mas pela suposição social de que a palavra do religioso é, por definição, mais confiável. Assim, o depoimento do monge revela que, no interior do conto, a verdade também pode funcionar como efeito de poder ético, sustentado por posições simbólicas historicamente legitimadas.

d) A esposa

Qual é a posição discursiva? A esposa fala a partir de um lugar marcado pela vulnerabilidade social e simbólica. Sua condição de mulher, inserida em um código de honra masculino e patriarcal, atravessa todo o depoimento, delimitando o modo como ela pode falar e ser ouvida. A enunciadora não ocupa posição de autoridade institucional nem de observadora neutra; ao contrário, fala como sujeito implicado, exposto e moralmente interpelado pelos acontecimentos. Essa posição confere à sua fala um estatuto ambíguo: ao mesmo tempo em que desperta compaixão, suscita suspeita.

Qual o critério de legitimação da verdade? O discurso da esposa apoia-se predominantemente no sofrimento e na confissão emocional. A verdade é apresentada por meio da exposição da vergonha, do desespero e do colapso subjetivo diante da situação vivida. Diferentemente da confissão de Tajômaru, aqui não há afirmação orgulhosa da culpa, mas uma confissão marcada pela dor e pela autodepreciação. O sofrimento funciona como operador de credibilidade na medida em que a intensidade afetiva do relato sugere autenticidade. A verdade, nesse caso, legitima-se pela dor que custa a ser dita.

Quais os procedimentos enunciativos? O depoimento recorre à dramatização e à oscilação narrativa. Seu relato é marcado por contradições internas, hesitações e mudanças de tom que não enfraquecem o discurso, mas o constituem. Essas rupturas funcionam como marcas de uma subjetividade em conflito, incapaz de estabilizar plenamente o sentido dos acontecimentos. A instabilidade discursiva, longe de invalidar a narrativa, atua como estratégia involuntária de legitimação, reforçando a imagem de uma fala não calculada, atravessada pelo trauma.

Quais os efeitos de subjetivação? O discurso produz a figura de um sujeito culpabilizado e moralmente exposto. A esposa emerge como alguém que internaliza o julgamento social e antecipa a condenação alheia, colocando-se reiteradamente em posição de indignidade. A verdade, aqui, não serve para afirmar uma identidade positiva, mas para justificar a própria desvalorização. Trata-se de uma subjetivação negativa, na qual o sujeito se constrói a partir da vergonha e da responsabilização excessiva por acontecimentos que extrapolam seu controle.

Qual a relação entre verdade e poder? O depoimento da esposa evidencia uma forma específica de assimetria discursiva. Sua verdade, embora intensamente marcada pelo sofrimento, não se impõe com a mesma força simbólica dos discursos masculinos. A dor, nesse contexto, não garante autoridade; ao contrário, pode fragilizar a credibilidade do discurso. Seu relato revela, assim, como determinados critérios de legitimação, sofrimento e confissão emocional, operam de modo ambíguo, produzindo efeitos de subjetivação que reforçam relações de poder desiguais. A verdade, aqui, não emancipa; ela expõe, vulnerabiliza e submete.

e) O samurai via médium

Qual a posição discursiva? O samurai fala a partir de um lugar absolutamente singular: o do morto que retorna para narrar sua própria morte. Essa posição rompe com as condições ordinárias de enunciação que regem os demais depoimentos, pois o enunciador já não está submetido às consequências sociais, jurídicas ou morais do que diz. Ao falar do além, apresenta-se como sujeito que nada mais tem a perder, o que tende a produzir um forte efeito de credibilidade. A mediação espiritual, longe de fragilizar o discurso, reforça seu estatuto excepcional, sugerindo acesso privilegiado à verdade última dos acontecimentos.

Qual o critério de legitimação da verdade? O depoimento apoia-se na transcendência e na suposta impossibilidade de mentira após a morte. A verdade legitima-se pelo argumento implícito de que o morto não teria motivos para falsear os fatos. Além disso, o recurso à mediação espiritual confere ao discurso uma aura de sacralidade, deslocando-o do campo da disputa ordinária entre versões concorrentes. A verdade aqui apresentada não se constrói pela coerência narrativa ou pela emoção, mas pelo estatuto ontológico atribuído ao enunciador.

Quais os procedimentos enunciativos? O relato do samurai assume tom assertivo e conclusivo. Diferentemente da esposa, marcada pela oscilação, ou do lenhador, pela contenção, o samurai narra os acontecimentos de modo direto, buscando encerrar a narrativa e fixar o sentido do ocorrido. Essa estratégia produz um efeito de fechamento discursivo, como se sua versão fosse capaz de pôr fim às ambiguidades instauradas pelos

demais depoimentos. O discurso não se apresenta como mais uma versão, mas como a versão definitiva.

Quais os efeitos de subjetivação? O depoimento constrói a figura de um sujeito cuja identidade se ancora na honra ferida e na restauração simbólica da própria dignidade. Ao narrar os acontecimentos após a morte, o samurai procura reconstituir sua imagem moral, reinscrevendo-se como sujeito digno mesmo diante da derrota e da violência sofrida. A verdade, nesse caso, funciona como instrumento de reparação simbólica, permitindo ao sujeito recuperar, no plano discursivo, aquilo que foi perdido no plano dos fatos.

Qual a relação entre verdade e poder? O discurso do samurai evidencia a forma mais intensa de poder simbólico presente no conto. Sua verdade tende a se impor não por negociação ou confronto, mas por pretensa irrefutabilidade. Ao falar a partir da morte, o samurai ocupa uma posição que parece escapar às regras ordinárias de contestação. No entanto, justamente por isso, seu depoimento revela de modo exemplar que a verdade, mesmo quando revestida de transcendência, continua a operar como efeito discursivo. A autoridade do morto não decorre de correspondência objetiva aos fatos, mas do lugar simbólico excepcional que lhe é atribuído e nem mesmo a palavra dos mortos escapa às disputas em torno da verdade.

f) A velha, mãe da esposa do samurai

Qual sua posição discursiva? A velha fala como mãe e como anciã. Essa dupla condição confere ao seu discurso um estatuto específico: ela se apresenta como guardiã da honra da filha e, ao mesmo tempo, como representante de uma tradição moral transmitida entre gerações. Sua autoridade não deriva do que viu ou experimentou diretamente, mas do lugar social que ocupa. Posição a partir da qual se arroga o direito de narrar, interpretar e, sobretudo, justificar os acontecimentos, reinscrevendo-os em uma lógica familiar.

Qual o critério de legitimação da verdade? O discurso da velha apoia-se na tradição e no laço de sangue. A verdade não se constrói por coerência narrativa, sofrimento exposto ou transcendência, mas pela suposição de que a mãe idosa fala em nome de valores compartilhados e duradouros. O critério de credibilidade não está no conteúdo do relato, mas na posição do enunciador, cuja palavra é tomada como digna de confiança por representar a continuidade moral da família.

Quais os procedimentos enunciativos? A velha mobiliza procedimentos de proteção e deslocamento da culpa. Seu discurso atenua a responsabilidade da filha, reorganizando os acontecimentos de modo a preservar sua dignidade e a honra familiar. Ao enfatizar determinados aspectos e silenciar outros, opera uma reconfiguração moral do episódio, na qual o sofrimento da filha e a autoridade materna se sobrepõem à análise objetiva dos fatos. Trata-se de uma estratégia que não visa esclarecer o ocorrido, mas resguardar posições simbólicas ameaçadas.

Quais os efeitos de subjetivação? O depoimento produz uma subjetividade feminina protegida e, ao mesmo tempo, tutelada. A esposa do samurai emerge como sujeito que necessita de defesa e mediação, tendo sua voz parcialmente substituída pela da mãe. A velha, por sua vez, constrói-se discursivamente como sujeito autorizado a falar em nome do outro, reforçando uma dinâmica na qual a identidade feminina é narrada, interpretada e justificada a partir de instâncias familiares superiores.

Qual a relação entre verdade e poder? O discurso da velha evidencia um tipo específico de poder simbólico: o poder tradicional. A verdade produzida por sua fala não se impõe pela força da prova, da confissão ou da transcendência, mas pela autoridade conferida à idade, à maternidade e à tradição, poder de caráter conservador, orientado à manutenção da ordem familiar e à preservação da honra coletiva. O depoimento da velha revela, assim, que a verdade pode funcionar como instrumento de estabilização simbólica, regulando comportamentos e identidades a partir de valores herdados e socialmente legitimados.

Síntese dos Resultados Analíticos

Nesta seção apresentaremos didática e sinteticamente os resultados analíticos para facilitar a compreensão do leitor no aspecto comparativo. Para tanto, dispomos de dois quadros complementares. No primeiro, apresentamos a posição discursiva e a legitimação da verdade; no segundo, os procedimentos enunciativos, a subjetivação e a relação verdade e poder.

A leitura comparativa dos regimes discursivos apresentados nos Quadros 1 e 2 permite evidenciar um aspecto central do conto *Dentro do Bosque*: a inexistência de um critério soberano capaz de hierarquizar definitivamente os discursos e estabilizar o sentido

dos acontecimentos. Nenhum dos depoimentos analisados se impõe como verdade final; ao contrário, cada um produz efeitos de verdade específicos, sustentados por critérios distintos de legitimação e por posições simbólicas historicamente reconhecíveis.

Quadro 1

Síntese das posições discursivas

Discurso	Posição discursiva	Critérios de legitimação
Tajômaru	Agente direto da ação	Confissão associada à honra
Lenhador	Observador indireto	Neutralidade aparente
Monge	Autoridade moral	Retidão ética
Esposa	Sujeito vulnerável	Sufrimento e vergonha
Samurai	Enunciador pós-morte	Transcendência
Mãe	Guardiã da honra familiar	Idade e vínculo de sangue

Fonte: Os autores

Observa-se, assim, que os regimes de verdade mobilizados no conto não operam segundo uma lógica de exclusão mútua, mas de coexistência conflitiva. Como vemos no Quadro 1, a confissão associada à honra (Tajômaru), a neutralidade aparente (lenhador), a autoridade moral (monge), o sofrimento e a vergonha (esposa), a transcendência (samurai) e a tradição familiar (mãe) constituem formas heterogêneas, porém igualmente eficazes, de produção discursiva da verdade. Nenhuma delas é desqualificada internamente pela narrativa; tampouco alguma é confirmada como plenamente legítima. É nesse contexto que o conto de Akutagawa encena de modo magistral a concepção de regimes de verdade foucaultiano.

Quadro 2

Síntese dos procedimentos enunciativos

Discurso	Procedimentos enunciativos	Efeitos de subjetivação e poder
Tajômaru	Coerência narrativa e assunção da culpa	Afirmação simbólica e poder pela bravura
Lenhador	Silêncios e economia narrativa	Poder silencioso da neutralidade
Monge	Contenção e prudência discursiva	Autoridade moral legitimada
Esposa	Oscilação e dramatização	Subjetivação culpabilizada
Samurai	Tom assertivo e fechamento	Autoridade simbólica extrema
Mãe	Proteção da filha	Proteção e preservação da ordem familiar

Fonte: Os autores

Como pudemos observar, essa multiplicidade discursiva em tempo algum conduz a uma dissolução anárquica do sentido, mas à exposição do funcionamento mesmo da verdade enquanto efeito discursivo.

Conclusão

A análise empreendida ao longo deste artigo permite retomar, em perspectiva sintética, as três questões que orientaram a investigação.

Em resposta à primeira, sobre como os critérios de legitimação da verdade operam nos diferentes depoimentos como regimes concorrentes, os resultados demonstraram que cada testemunho mobiliza critérios específicos e heterogêneos de credibilidade, conforme vemos sistematizado nos Quadros 1 e 2, há de se observar que nenhum depoimento é internamente desqualificado pela narrativa nem se impõe como universalmente válido. O que a análise evidencia é que tais critérios não são transparentes, portanto, funcionam, produzem efeitos de verdade e organizam posições de sujeito sem que nenhum possa reivindicar um fundamento exterior ao próprio discurso.

Em resposta à segunda questão, sobre como a ausência de um narrador soberano e a polifonia narrativa deslocam a verdade do plano factual para o discursivo, a análise demonstrou que a recusa de qualquer instância capaz de hierarquizar os depoimentos não

resulta em dissolução anárquica do sentido, mas em sua problematização estrutural. A organização narrativa de Akutagawa transforma o texto em um espaço de visibilidade dos mecanismos pelos quais a verdade é produzida, disputada e regulada. A pergunta que o conto suscita não é *o que realmente aconteceu*, mas *por que e como cada versão pôde ser dita, ouvida e aceita como plausível*. Nesse sentido, a polifonia não é recurso ornamental, mas condição de possibilidade de uma crítica encenada literariamente no que podemos chamar de epistemologia situada.

Em resposta à terceira questão, sobre como a leitura foucaultiana permite compreender a verdade como efeito de práticas discursivas atravessadas por relações de poder, os resultados confirmaram que a arquitetura narrativa do conto opera segundo a lógica que Foucault (2025) descreve ao tratar dos regimes de verdade, qual seja: a verdade não se revela pelo acesso aos fatos, outrossim, se produz no interior de práticas discursivas situadas, reguladas por critérios socialmente reconhecidos de credibilidade e indissociáveis das relações de poder que as sustentam. Cada depoimento analisado evidenciou que o sujeito não apenas narra acontecimentos, ele se constitui discursivamente ao narrar, assumindo uma posição que o autoriza a falar e a ser ouvido segundo regras que não controla plenamente.

À luz desses resultados, é possível afirmar que *Dentro do Bosque* não é apenas uma obra que tematiza a ambiguidade da verdade, mas um texto que a encena estruturalmente, tornando visível, no plano literário, aquilo que Foucault elabora no plano filosófico: a verdade não existe fora do poder, assim como o poder não funciona sem a produção de seus próprios efeitos de verdade. A contribuição deste artigo reside, portanto, em demonstrar que a hermenêutica genealógico-discursiva de inspiração foucaultiana não é apenas aplicável à literatura, mas encontra nela um campo privilegiado de verificação e problematização, campo no qual conceitos como regime de verdade, função-autor e acontecimento discursivo ganham densidade concreta por meio da experiência de leitura.

Por fim, cabe reconhecer que a análise aqui desenvolvida não esgota as possibilidades interpretativas que o conto oferece. A ausência de hierarquia entre os discursos, traço constitutivo da própria obra, impõe ao intérprete a mesma condição que impõe ao leitor, a de habitar a multiplicidade sem resolvê-la. Nesse horizonte, o presente artigo não pretendeu oferecer uma leitura final de *Dentro do Bosque*, mas demonstrar que a perspectiva foucaultiana é capaz de transformar essa irresolvibilidade em objeto de análise

rigorosa, convertendo o que à primeira vista poderia parecer limitação hermenêutica em rica possibilidade epistemológica.

Referências

- Akutagawa, R. (2022). *Rashômon e outros contos* (2ª ed.). Hedra.
- Bakhtin, M. (2010). *Problemas da poética de Dostoiévski* (5ª ed.). Forense Universitária.
- Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal* (2ª ed.). Martins Fontes.
- Christie, A. (2020). *Assassinato no expresso do oriente*. HarperCollins.
- Copleston, F. (2021). *Uma história da filosofia: Vol. 1. Grécia, Roma e filosofia medieval*. Vide Editorial.
- Eco, U. (2016). *Como se faz uma tese* (26ª ed.). Perspectiva.
- Foucault, M. (2025). *Microfísica do poder* (18ª ed., R. Machado, Trad.). Paz & Terra.
- Foucault, M. (2024). *Loucura, linguagem, literatura* (N. Schneider, Trad.). Ubu Editora.
- Foucault, M. (2015). *Ditos e escritos III: Estética — literatura e pintura, música e cinema* (4ª ed., I. A. D. Barbosa, Trad.). Forense Universitária.
- Fuller, L. L. (2020). *O caso dos exploradores de cavernas*. Nova Fronteira.
- Reale, G. (1990). *História da filosofia: Do humanismo a Kant* (4ª ed.). Paulus.
- Schleiermacher, F. D. E. (2014). *Hermenêutica: Arte e técnica da interpretação* (10ª ed.). Vozes.
- Wright, N. T. (2022). *O novo testamento e o povo de Deus: Vol. 1. Origens cristãs e a questão de Deus*. Thomas Nelson Brasil.